

Imagem e Ficção na Produção de Conhecimento em Psicologia Social

Image and Fiction in Knowledge-Creation in Social Psychology

Imagen y Ficción en la Producción de Conocimiento en Psicología Social

Alana Soares Albuquerque

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Felix RebolledoPalazuelos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Tiago Marcelo Trevizani

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

Este artigo discute os conceitos de imagem e ficção no âmbito da produção de conhecimento em Psicologia Social. A noção de imagem costuma estar associada à tradição platônica que relaciona a produção imagética ao campo da representação, entendendo as imagens como cópias de um suposto modelo original. Tal concepção instaura um procedimento comparativo que qualifica modelos e cópias, dando lugar às classificações que determinam o verdadeiro e o falso. O texto, acompanhando o pensamento de Deleuze e outros autores, problematiza a ideia de imagem como representação e como simulacro, tendo em vista o processo intrínseco de ficcionalização que opera em seu âmago. Diante dessa possibilidade de abordagem epistemológica, são mencionadas a genealogia e a cartografia como proposições metodológicas que não apenas lançam mão da ficção na produção do conhecimento, mas que operam uma certaficcionalização da realidade, dando visibilidade ao que Deleuze chama de fabulação e de potência do falso.

Palavras-chave: Imagem; Ficção; Fabulação; Psicologia Social; Epistemologia.

Abstract

This article discusses the concepts of image and fiction within the scope of knowledge-production in Social Psychology. The notion of image is usually associated with the Platonic tradition which links imagistic production to the field of representation and understands images as copies of a supposed original model. This conception establishes a comparative procedure which discerns between copies and models, giving rise to classifications that distinguish between the true and the false. The text, in line with the thinking of Gilles

Deleuze and other authors, problematizes the idea of image as both representation and as simulacrum by way of the intrinsic process of fictionalization operative at its core. In view of this possible epistemological approach, genealogy and cartography are invoked as methodological propositions that not only use fiction in the production of knowledge, but which participate in a certain fictionalization of reality, giving visibility to what Deleuze calls fabulation and the power of the false.

Keywords: Image; Fiction; Fabulation; Social Psychology; Epistemology.

Resumen

Este artículo discute los conceptos de imagen y ficción dentro de la producción de conocimiento en Psicología Social. La noción de imagen se asocia generalmente a la tradición platónica que relaciona la producción de imágenes al campo de la representación, entendiendo las imágenes como copias de un supuesto modelo original. Tal concepción establece un procedimiento comparativo que distingue las copias del modelo, dando lugar a clasificaciones que determinan lo verdadero y lo falso. El texto, que acompaña el pensamiento de Gilles Deleuze y otros autores, problematiza la idea de la imagen como representación y como simulacro teniendo en cuenta el proceso intrínseco de ficcionalización que opera en su esencia. Ante esta posibilidad de enfoque epistemológico, se hace alusión a la genealogía y la cartografía, como propuestas metodológicas que no solo usan la ficción en la producción de conocimiento, pero que engendran una cierta ficcionalización de la realidad que da visibilidad a lo que Deleuze llama fabulación y potencia del falso.

Palabras clave: Imagen; Ficción; Fabulación; Psicología Social; Epistemología.

Da representação ao simulacro: possibilidades de abertura da imagem

O problema da imagem coloca-se como central a qualquer momento em que nos voltamos a pensar sobre nossa relação com o mundo. Vivemos em um universo dominado pela proliferação de imagens, que se apresenta hoje em uma infinidade de

telas, formatos e superfícies. Mas o que é, afinal, uma imagem? Apesar da utilização frequente do termo e da aparente obviedade que seu significado pode supor em um primeiro momento, vemos-nos diante da necessidade de nos debruçarmos sobre tal conceito, no intuito de escancarar, ao contrário do que se pensa, a sua falta de clareza e evidência, lançando-nos em uma

excursão pelo pensamento que a põe em relação ativa com a ficção e a produção de conhecimento no âmbito da Psicologia Social.

Em primeiro lugar, consideramos importante destacar que, conceitualmente, tende-se a estabelecer uma relação entre a imagem e a ideia de representação. O entendimento da imagem como representação, de acordo com Deleuze (2015), está associado originalmente à tradição platônica. Para o autor, o que caracteriza esse modelo é a determinação abstrata do seu fundamento como aquilo que possui em primeiro lugar (por exemplo: a justiça é justa, a coragem é corajosa). Valorizando a identidade, o mesmo, a essência e a semelhança, o pensamento de Platão envolve uma dualidade ao colocar de um lado aquilo que pertence ao mundo das ideias e, de outro, as suas manifestações que funcionam como aparências, ou seja, representações, cópias de um suposto modelo original. O projeto platônico instaura a necessidade de distinção entre o verdadeiro e o falso, entre os bons e os maus pretendentes, entre o puro e o impuro, o autêntico e o inautêntico, enfim, entre as ideias e as imagens. Tal procedimento de distinção, seleção e especificação explicita-se também na separação das próprias imagens (cópias da Ideia) entre duas espécies: de um lado, as boas cópias, pretendentes bem

fundadas, garantidas pela semelhança, e de outro, os simulacros, falsos pretendentes, construídos a partir de uma dissimilitude, uma perversão, um desvio essencial, infinitamente degradados em relação ao modelo e submersos na dessemelhança (Deleuze, 2015).

Há no simulacro um devir-louco, um devir subversivo, sempre outro, que nega toda e qualquer identidade e essência. Deleuze (2015) afirma que, no platonismo, quer-se impor um limite a esse devir desviante do simulacro, “ordená-lo ao mesmo, torná-lo semelhante” (p. 264), e é por isso que o autor nos fala justamente da necessidade de uma reversão de tal sistema, ou seja, de “fazer subir os simulacros, afirmar seus direitos entre os ícones ou as cópias” (p. 264). O simulacro, nesse sentido, não é mais tomado como uma cópia degradada, mas como encerrando “uma potência positiva que nega tanto o original como a cópia, tanto o modelo como a reprodução” (Deleuze, 2015, p. 267).

Entendemos, então, que o simulacro não é apenas uma imagem sem semelhança, uma imagem degradada com a qual o catecismo nos familiarizou, já que afirma que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus e que, pelo pecado, perdeu a semelhança, ficando só com a imagem. O simulacro, ao contrário, colocou a semelhança no exterior, vivendo

só de diferença. Se ele chega a produzir um efeito de semelhança, é apenas como ilusão, e não como um efeito interno. Podemos, dessa maneira, contestar no simulacro tanto a noção de cópia como de modelo, pois nele se produz uma verdadeira potência do falso (Deleuze, 2006a).

Esse falso do qual nos fala Deleuze não é tomado aqui como o contrário de um modelo de verdade, e sim como algo que se afirma em sua potência “falsificante”, sem a necessidade de ser contraposto ao seu contrário – o verdadeiro –, da mesma maneira que a diferença não deve ser subjugada ao mesmo e à simples repetição, mas sim tomada na sua potência de diferença. Deslocando, dessa maneira, a imagem da ideia de representação e aproximando-a do simulacro, levando em consideração essa potência do falso, podemos dizer que ela carrega aí um aspecto de ficção. Como afirma Saer (2014), referindo-se à literatura de Borges, a ficção é o meio apropriado para tratar as complexas relações entre o verdadeiro e o falso, dicotomia que estamos tentando desconstruir. Entendemos, com Saer (2014), que a ficção não é o contrário de verdade, e, por outro lado, que também não é uma reivindicação do falso. Para o autor, a hierarquia entre verdade e ficção não passa de uma mera fantasia moral,

precisando ser, em um primeiro momento, desconstruída.

Reconhecemos, portanto, que há na imagem enquanto simulacro um processo de ficcionalização operando em seu âmago, e é nesse sentido que tomamos também a ficção enquanto simulacro, afirmando a potência do falso que a afasta de qualquer tentativa de se assemelhar ou copiar a realidade. Entendemos, a partir disso, que a Psicologia Social possa se apropriar dessa aproximação entre imagem e simulacro, já que o conceito de imagem está implicado diretamente nos processos de pensamento e na produção de saberes.

Tendo em vista essas questões, colocamos como objetivo do artigo problematizar como a imagem e seu processo de ficcionalização operam na produção de conhecimento, investigando como esse conceito se articula no debate contemporâneo em Psicologia Social, ora se aproximando, ora se afastando da ideia de representação. Para isso, consideramos necessária uma breve discussão sobre a relação entre verdade e ficção, assim como uma problematização da relação da imagem com o pensamento, investigando como a ficcionalização pode operar em metodologias comuns ao paradigma ético-estético da Psicologia Social. Abordamos, por fim, as potências do falso, conforme teorizado por Deleuze (1990), e como elas

podem contribuir para a invenção criativa de novos conhecimentos e saberes.

Como imagem e ficção operam nas metodologias de pesquisa em Psicologia Social

Na obra *Diferença e Repetição*, Deleuze (2006a) afirma que a Filosofia foi, durante muito tempo, dominada por uma determinada imagem do pensamento, uma imagem produzida pelo senso comum que supõe que o ato de pensar já é algo dado, algo que naturalmente acontece. Essa ideia sobre o pensamento que domina o *cogito* cartesiano apresenta-se como a instituição de um conceito fundado a partir de pressupostos, pois não inclui um pensar sobre o pensamento. Todo mundo pensa, todo mundo sabe o que é pensar, de maneira que parte de um dogmatismo e de uma universalidade. Ao abordar a imagem do pensamento, o autor está problematizando o lugar da representação na filosofia¹. Da mesma forma, consideramos necessária uma problematização da noção de verdade e de seus pressupostos no que se refere à produção do conhecimento. Conhecer, no modelo platônico que Deleuze (2006a, 2015) coloca em questão, é sempre reconhecer, resultando num tipo de relação com a realidade que é apenas contemplativa. Deleuze dá ênfase, ao

contrário, justamente à potência criadora do pensamento, visando libertá-lo da perspectiva representacional do platonismo.

Para Deleuze, o pensamento definitivamente não pode ser considerado como uma faculdade natural, já dada *a priori*, pois o ato de pensar não acontece naturalmente, e sim apenas quando é forçado a pensar, quando o pensamento se encontra com algo que o violenta, e esse algo, para o autor, são os signos. Na obra *Proust e os Signos* (1987), Deleuze afirma que só pensamos quando somos violentados pelos signos que nos cercam. O que nos força a pensar é o signo. O ato de pensar é, ao contrário de uma simples possibilidade natural já dada, a única criação verdadeira. Tal criação ou gênese “implica alguma coisa que violenta o pensamento, que o tire de seu natural estupor, de suas possibilidades apenas abstratas” (Deleuze, 1987, pp. 91).

O pensamento nômade, proposto pelo autor, remete-nos diretamente à ideia de um pensamento sem imagem, um tipo de pensamento que, fugindo às codificações impostas por determinados sistemas, cria uma verdadeira descodificação, um embaralhamento dos códigos pré-estabelecidos. Tal pensamento “pretende fazer passar seus fluxos por debaixo das leis, recusando-as, por debaixo das relações contratuais, desmentindo-as,

por debaixo das instituições, parodiando-as” (Deleuze, 2006b, pp. 321). Diante disso, questionamo-nos sobre o que seria esse pensamento sem imagem, nômade e rizomático, e como ele se daria no que concerne à produção de saberes em Psicologia Social. Parece-nos que, nesse momento, seria necessário problematizar um tipo de pensamento que se afeiçoa ao simulacro, à imagem como devir-louco, existência que não representa nenhum modelo e nem mesmo tem essa pretensão. Desse modo, lançamos a seguinte pergunta: como a imagem e seu processo intrínseco de ficcionalização, a potência do falso que pulsa em seu âmago, operam na produção de conhecimento em Psicologia Social?

Algumas dessas produções, sustentadas em determinados paradigmas, estão muitas vezes imbuídas da proposta de estabelecer critérios de demarcação entre o “verdadeiro” e o “falso”, de maneira que caberia à ciência comprometer-se com a verdade em sua dimensão transcendental e conjurar a sombra do falso, do fabulatório e do ficcional. Deleuze (2006a), trabalhando sobre a noção de diferença, afirma que: “enquanto a diferença é submetida às exigências da representação, ela não pode ser pensada em si mesma” (p. 365). Da mesma forma, a produção do conhecimento precisa colocar em questão

essa dimensão da “imagem do verdadeiro”, no que tange a sua característica de representação e as ilusões que estão aí colocadas. Trata-se, portanto, de atacar o problema dos pressupostos implícitos e pré-conceituais no que se refere à produção do conhecimento.

A imagem do verdadeiro pressupõe a ideia do real a ser conhecido, da significação a ser decifrada e da gênese temporal dos fenômenos. Tais pressupostos conservam uma forma estruturalista dos modos de conhecer e reiteram as ilusões dos seus pressupostos. O real a ser conhecido remete à ideia de um mundo que pré-existe ao indivíduo e coincide com uma ideia de realidade que deve ser mensurada, objetivada e transformada. Nessa perspectiva seria possível acessar o real somaticamente, através da experiência sensorial, e psiquicamente, através dos domínios da razão e da consciência. A significação a ser decifrada está relacionada a uma semiologia que estabelece as relações sîgnicas entre o signifiante e o significado, deflagrando a relação entre os conceitos e seus referentes de modo que a linguagem estaria funcionando como uma forma de representação do mundo. Já a gênese temporal dos fenômenos refere-se à busca pelos começos, realizando, para isso, um deslocamento temporal na direção de um passado onde os conceitos supostamente

teriam a sua origem. Isso inclui um modelo explicativo que envolve uma compreensão evolutiva da temporalidade, que abarca as noções de desenvolvimento e sucessão linear do tempo, estabelecendo relações causais entre passado e presente.

Entendemos aqui que a origem não pode ser buscada como um ponto de partida, como o verdadeiro início de algo, mas deve ganhar uma outra roupagem quando compreendemos a própria história e genealogia das coisas por um viés que não é o clássico e historicista, mas sim afeito ao caráter imperfeito da imagem e de seu aspecto de ficcionalização, aspecto esse que implica não uma origem, mas, ao contrário, uma invenção. Acreditamos, diante disso, que a produção de conhecimentos precisa operar um estranhamento aos pressupostos, levantando uma desconfiança daquilo que é tido como universal e naturalizado. Nesse sentido, entendemos que uma importante contribuição que a Psicologia Social pode oferecer seja, justamente, essa possibilidade de problematização dos regimes de verdade operando com uma certaficcionalização da realidade, da significação e da temporalidade, destacando, assim, as potências do falso e do simulacro na sua relação com a produção de sentido e seus paradoxos.

No que se refere às potencialidades da ficção, Saer (2014) salienta que o

tratamento limitado ao verificável – próprio aos métodos científicos – implica em redução e empobrecimento da realidade. Ao dar um salto em direção ao inverificável, a ficção multiplica ao infinito as possibilidades de tratamento da realidade. Porém, isso não quer dizer que a ficção vire as costas a uma suposta realidade objetiva, muito pelo contrário: ela submerge na turbulência da realidade, no movimento das coisas, negando uma atitude ingênua que pretende saber de antemão como essa realidade está formada. Dessa maneira, podemos compreender a ficção como um modo ilimitado de pensamento, já que não se limita somente ao verificável.

Apostamos, assim, em uma Psicologia Social menos afeita a classificações categoriais, medidas objetivas e descrições precisas, atentando a novas possibilidades de produção de conhecimento através do uso da ficção nas pesquisas. Não nos interessam apenas o estado das coisas existentes, as definições gerais, os objetos já dados, mas sim a palavra tomada como ação e como relação, atentando aos efeitos que ela produz no mundo. Assumimos, dessa maneira, uma outra postura diante do “falso” e do “verdadeiro”, não considerando a ficção como algo menos real, pois sempre há a realidade dos sentidos afirmados. Acreditamos que através do uso da ficção

seja possível tornar nossa realidade mais complexa, densa e intensa, livrando-nos das amarras moralistas da verossimilhança e apostando na possibilidade da criação (Costa, 2014).

Acompanhando a produção de conhecimento na Psicologia Social contemporânea, podemos observar a cartografia e a genealogia como possibilidades metodológicas que são capazes de minar a imagem do verdadeiro e suas ilusões. Do ponto de vista epistemológico, tais “métodos” colocam sob suspeita essa relação pré-concebida com a realidade, com a significação e com a temporalidade, não perdendo de vista, obviamente, as especificidades operatórias de cada um deles, pois não se trata de considerá-los como sinônimos. Além disso, essas metodologias produzem uma torção na própria concepção de método, como algo que se circunscreve *a priori*, considerando que preconizam os modos singulares de acioná-los/inventá-los no contexto particular de cada campo problemático de pesquisa.

É próprio da genealogia, por exemplo, problematizar a noção de gênese dos fenômenos. Na concepção de Foucault (1979), cabe à genealogia considerar as condições que possibilitam a emergência de determinadas práticas discursivas, deflagrando o modo como as relações de poder se estabelecem, fazendo com que

determinados saberes ganhem visibilidade e dizibilidade, enquanto outros sejam sujeitados e subjugados. Não há nenhum interesse em estabelecer a significação dos discursos, pela relação restrita entre significante e significado, mas sim em visibilizar os embates (relações de poder) que permitem que determinados discursos, que também são práticas, tenham condições de emergência em determinados momentos históricos e que recebam status de verdade. Quando, para isso, recorre à história, a genealogia não o faz com a intenção de estabelecer a origem, mas sim para embaralhar essas concepções lineares da temporalidade e suas relações causais, de modo que a atualidade e a virtualidade² passam a compor as relações com o tempo e com a produção da realidade.

Já a cartografia, por sua vez, prevê uma condição rizomática de produção do conhecimento, dando lugar à conectividade, à multiplicidade e à heterogeneidade, de maneira que pretende acompanhar processos de fabricação dos mundos e não simplesmente representar os objetos. Cartografar, de acordo com Rolnik (2007), é acompanhar as paisagens psicossociais, de maneira que a realidade se produz na intensidade dos encontros, que ganham contornos a partir de um movimento constante de territorialização e

desterritorialização (mundos que se criam e que se desmancham).

Partindo dessas perspectivas metodológicas, podemos perceber que a produção do conhecimento se esquia dos ditames do “verdadeiro”, ao passo que tensiona a produção de imagens-simulacro. Isso porque, na relação com os objetos, o pesquisador procura distanciar-se dos ideais essencialistas, próprios da lógica da representação. Sua proposta não se restringe a uma descrição dos objetos, como se eles fossem independentes, no que se refere a suas “essências”; pelo contrário, a descrição equivale ao próprio objeto, ela o substitui, o contradiz, o desloca e o inventa. Nesse tipo de narrativa, a descrição produz o objeto do conhecimento ao mesmo tempo em que dele fala, assemelhando-se aqui ao tipo de narrativa cristalina que Deleuze (1990) propõe em seu livro sobre o cinema-tempo. Desse modo, a Psicologia Social não apenas lança mão dos recursos ficcionais no que se refere à produção do conhecimento, como opera uma ficcionalização da realidade ao alargar os mundos e dar passagem à multiplicidade de sentidos aí existentes.

A ficção no processo imagético de produção de conhecimento

Os métodos que acabamos de descrever, que apontam para o aspecto

ficcional da imagem na produção de conhecimento, refletem aspectos da inadequação da linguagem para alcançar uma correspondência verdadeira ou adequada entre o pensamento e os assuntos do mundo. Devido a esta lacuna crítica dentro do que é normalmente considerado como o discurso racional do conhecimento fundamentado no fato, a incerteza entra na produção do conhecimento em todos os níveis. Não se pode dizer que esse conhecimento é baseado sobre fatos, nem que resulta em verdade, e por isso temos de referir a este conhecimento como fictício ou ficcional.

Em seu nível mais fundamental, qualquer conhecimento do mundo vai ser limitado pela nossa compreensão parcial e fragmentária da totalidade, de modo que até seus constituintes elementares não podem ser totalmente conhecidos com toda certeza ou confiabilidade. Esta limitação de nosso conhecimento e da capacidade de saber se traduz em uma incapacidade de produzir saberes completamente adequados em termos de processo imagético, enquanto resultados da experiência e da compreensão do mundo. A inadequação da nossa produção imagética está implícita no que consideramos o nosso ponto de vista subjetivo, na alteração do evento devido à observação, nas falhas de nossos sentidos, no condicionamento de nossas observações pela memória e pelo esquecimento, na

limitação da linguagem para expressar verdade e na multiplicação da contingência dentro de nossas observações e descrições como produção de conhecimento.

Dadas essas limitações e seus efeitos combinados na nossa experiência do mundo, na descrição do evento, na inadequação das nossas capacidades perceptivas, nas deficiências de nossas ferramentas analíticas, na incoerência de nossas fabricações epistemológicas, na imprecisão da nossa imaginação e na insuficiência das nossas capacidades interpretativas, só se pode concluir que qualquer imagem que produzimos, seja ela percepção, pensamento, interpretação, fantasma, etc., será repleta de imprecisões, inadequações, imperfeições, incompletudes e distorções. A agregação de todas essas deficiências na composição das imagens que refletem o nosso conhecimento do mundo resulta em um alto grau de contingência que luta contra qualquer pretensão de coerência, que, por causa da sua distância da verdade factual, se pode dizer que só produz ficções.

O caráter implicitamente fictício ou ficcional entra sistematicamente na produção de conhecimento a qualquer momento em que os resultados da experiência como conhecimento empírico sejam transformados em juízos sintéticos. O conhecimento empírico procura a correspondência perfeita entre as coisas e

nosso entendimento; porém, por mais que tentemos, a determinação total é inatingível por conta das limitações práticas que se impõem e da inviabilidade de esgotar as possibilidades infinitas que surgem em todas as escalas de conhecimento. Nosso entendimento é simplesmente o que melhor se ajusta: uma opinião que se forma entre a observação limitada e a previsão de resultados.

Dizemos, portanto, de acordo com a nossa determinação limitada sintetizada em uma postulação teórica. O que oferecemos como nossa melhor avaliação, ou, simplesmente, como um julgamento, é a conciliação de toda a nossa experiência que tenta reduzir o erro e compensar nossos preconceitos. No entanto, mesmo que esta correspondência tenha um grau de certeza ou um nível de confiança, há ainda uma margem de indeterminação, de erro e de incerteza que a acompanha: a concordância entre as múltiplas observações que constituem os fatos de nossa experiência como base para a nossa síntese é sempre expressa com uma margem de erro que tentamos minimizar. As observações empíricas nunca esgotarão o possível; porém, se de alguma maneira elas podem ser consideradas razoavelmente suficientes em seu poder explicativo dentro de sua margem de certeza, então, nossa melhor avaliação é sempre um julgamento.

Quando privamos essa avaliação de sua história *a posteriori*, quando descartamos suas limitações e apagamos o erro da determinação, quando indicamos o julgamento como verdade infalível, este último torna-se uma lei. Se considerarmos o resultado de nossas determinações fictícias uma lei, atribuímos diretamente um valor de verdade a essa imagem do pensamento, apesar do fato de que, mesmo que a lei se esforce para apresentar a totalidade da história, só nos apresenta um conto, incentiva-nos a confundir esse conhecimento incompleto e parcial das coisas com o conhecimento sobre as coisas. Nesse sentido, precisamos enfatizar essa incompletude do conhecimento, pois os processos empíricos nunca podem esgotar o potencial do mundo. A generalização da “indução, hipótese, e da analogia” (Peirce, 1992, p. 300) como estratégia de produção de signos e de significações que permitem uma coisa representar outra como movimento do pensamento, significa que a lei mente por omissão e através da representação infiel: a equivalência é, portanto, também uma ficção.

Nesta análise, podemos destacar a definição semiótica fundamental estabelecida por Peirce e, de acordo com Barthes (1957), a operação semiológica da produção de signos que, como produção primária de significado, é o motor por trás

do mito. A declaração da lei como representação imagética da verdade pretende também que a realidade da síntese encontre-se em sua representação como guarda-chuva da possibilidade que sistematiza todo um campo de observação experimental através do conceito que visa definir e ilustrar. A lei como síntese também é uma estrita determinação da expressão da relação entre os componentes empíricos que são totalmente determinados no julgamento como Lei que se torna um *a priori*. Um *a priori* é o que é universal e necessário e produzido através de formulações linguísticas do tipo “cada vez que”, “sempre” ou “necessariamente” – esta aplicação a todos os objetos subjacentes da experiência empírica é subsumida a um movimento impensado, contratado, atemporal que se torna transcendental, ou seja, onde a relação é inteiramente entregue, e é estritamente coextensiva com a totalidade da experiência possível. O *a priori* como dado torna-se Verdade mesmo que ele se apresente através de uma falsidade ideológica, saturada pela duplicidade e imbuída de ficção.

Grande parte da ciência é construída sob esta síntese coercitiva do apriorismo. Isso assume proporções muito “violentas” porque, na sua expressão naturalizante e generalizante, a imagem da lei oblitera a multiplicidade e a memória

subjacente da experiência empírica fundamental, abraça o esquecimento, institucionaliza a contingência dentro do julgamento sintético. Ao passo que fornece uma falsa sensação de segurança e confiança nas determinações do saber, obriga a observação a se conformar a estipulações pré-ordenadas, e condiciona todas as outras possibilidades futuras do que pode ou não pode ser derivado a partir desta verdade fictícia *a priori*. Mesmo que uma lei pretenda produzir desde um ponto de vista privilegiado uma imagem considerada como realidade, ela nunca conseguirá expressar uma concordância completamente verossímil à vida, livre de equívocos entre a lei como modelo explicativo e a realidade parcial que busca explicar perfeitamente o devir. Portanto, uma ficcionalidade intrínseca sempre estará presente como um atributo que afirma a diferença inerente a toda ficção. A lei como intercessor entre o observador e o mundo – como imagem-conceito mediadora – predis põe-nos, canaliza a lógica de nossos sentidos, diminui a probabilidade de novas intuições, homogeneíza-as e despotencializa a invenção e a criatividade. Ela diminui a possibilidade de desenvolvimento e evolução criativa, porque pré-condiciona como a experiência deve ser interpretada de uma maneira particular, e também porque o virtual, o invisível e o

contingente não são da ordem do que pode ser explicitado como parte do cumprimento contracionista da lei através da imagem dogmática do pensamento. Sendo assim, a lei adquire uma subjetividade singular que subjug a polivocidade, a multiplicidade polissêmica da experiência empírica acima da qual está montada e produz uma fórmula ficcional que se torna uma nova verdade, a Verdade que Nietzsche mostrou “que foi a mais profunda ficção” (Deleuze, 1990, p. 149).

As potências do falso

Não importa o quanto queremos acreditar nele, o “mundo verdadeiro não existe e, se existisse, seria inacessível, não passível de evocação; e se fosse evocável, seria inútil, supérfluo” (Deleuze, 1990, p. 168). E se essa crença num “mundo verdadeiro” da lei eterna e imutável implica um “homem verídico”, um homem desejoso da verdade e que “não quer finalmente nada mais que julgar a vida, ele exige um valor superior, e bem, em nome do qual poderá julgar” (Deleuze, 1990, p. 168). Como pesquisadores/pesquisadoras, como profissionais – como “homens verídicos” – temos de moderar o impulso para acreditar na veracidade tênue e na falsa certeza da nossa compreensão do mundo e do conhecimento subjetivo que produzimos. Precisamos ter em mente que

“explícita ou não, [o que está em jogo] é sempre um sistema do julgamento” (Deleuze, 1990, p. 163).

Isso não quer dizer que o conhecimento dos “homens verídicos” é irrelevante, mal orientado ou incorreto, que os quadros epistemológicos que empregam são inadequados, mal concebidos e fixados na má interpretação, e que, como seres intelectuais, os “homens verídicos” estão iludidos, equivocados e dedicados à fabricação inocente e aspirações ingênuas em relação a verdades transcendentais. Como produtores de conhecimento, precisamos estar conscientes de onde nos posicionamos sob o espectro da “produção de verdade” a fim de determinar a natureza da nossa relação com nossos objetos de estudo, os métodos que empregamos, os clientes que estamos servindo, as instituições e disciplinas às quais nos submetemos, e o conhecimento que estamos produzindo e gerenciando. Mais importante, temos uma relação desarticulada e um envolvimento desnaturado com o campo de estudo e seus sujeitos que justifica a aplicação de estruturas pré-concebidas que forçam o cumprimento contracionista de nossas observações a uma Verdade *a priori* como síntese de conhecimentos que vai contribuir com outra faceta para as ficções do “mundo verdadeiro” dos “homens verídicos”.

Em seu livro *Cinema 2: A Imagem-tempo*, Gilles Deleuze (1990) examina a “narração” rebelde como uma possibilidade de criação de conhecimento que reconhece a impossibilidade da observação imparcial, da descrição adequada e de um discurso verdadeiro para a produção dessa falsidade que estamos chamando de a verdade da lei. O conto ilegítimo da narração rebelde acomoda a produção de uma subjetividade expressiva que tem o poder de fabricar, inovar e inventar novas modalidades de produção do conhecimento, enquanto acolhe a diferença e sua multiplicidade. Essa narração falsificante liberta-se da sujeição à lei de duas maneiras: fazendo a descrição de seu próprio objeto e problematizando a relação entre o conhecedor e o conhecido. Ao repudiar e renunciar a narração “verdadeira”, ela quebra a legitimidade do sistema de julgamento e abre a experiência para novas associações de potenciais narrativas que declaradamente abraçam a verdade impenitente da ficção, a fim de narrar o assalto da verdade pela ficção.

O poder dessa narração falsificante e indisciplinada que Deleuze (1990) chama de potência do falso é “a narrativa, distinta da descrição e da narração” (p. 165), que pode fazer seu caminho através do labirinto da observação da experiência sensorio-motora e a tentativa de produzir uma descrição direta que dá passagem ao

pensamento-criação. Ela produz um tipo diferente de conhecimento: um conhecimento que é nômade, indisciplinado e insubordinado, e que é autoconsciente das suas propostas conjunturais e especulativas. Aqui, neste regime de discurso, a potência do falso, não o erro ou a dúvida, “substitui e destrona a forma do verdadeiro” (Deleuze, 1990, p. 161). É esta zona de narração errante e desviante como discurso acadêmico possível que abre as possibilidades de imaginar a criação do conhecimento de maneira nova, de produzir imagens do pensamento que não só dão uma nova visão sobre a verdade “sensório-motora” das práticas de investigação, mas traçam caminhos desviantes no movimento do pensamento, como narração.

Ao propor pontos de vista sobre o problema sem a pretensão de dar conta da totalidade da verdade, trazemos à existência outras perspectivas que relativizam e complexificam de forma diferente o desdobramento das explicações de acordo com novos delineamentos capazes de realinhar realizações intuitivas como “metamorfose do verdadeiro” (Deleuze, 1990, p. 178). Aqui, o pesquisador torna-se um criador-artista e cria a verdade, porque, como Deleuze (1990) afirma, “a verdade não tem de ser alcançada, encontrada nem reproduzida,

ela deve ser criada. Não há outra verdade senão a criação do Novo: a criatividade, a emergência, o que Melville chamava ‘*shape*’ em contraposição a ‘*form*’” (p. 178). E esta criação de inovação maquínica imperfeita, contingente, de sistemas tênues de significado emergentes do meio de um ser-fazer que questiona, que problematiza, que fabrica, é um impulso de afirmação da vida que potencializa e poliniza relações, afastando-se do amortecimento da verdade formal da lei. É a verdade aberrante repleta de fabulação que, através de uma mistura desviante de conceitos, percepções e afetos, produz mudança, inovação e novas maneiras de pensar o mundo. É uma visão que se afasta para longe do imutável, do transcendental, da compreensão normativa da lei que estanca o movimento do pensamento e procura impor estruturas de controle de acordo com imagens imóveis, pré-determinadas, desprovidas de vida. Em vez de conter e reprimir o potencial expressivo de narrativas criativas de acordo com modos circunscritos e categorizados de sujeição de acordo com as leis, as potências do falso oferecem novos modos de subjetivação e singularização.

Considerações finais

Devemos reconhecer que muitos dos métodos utilizados na produção de

conhecimento em Psicologia Social inevitavelmente desejam disciplinar tanto nosso conhecimento do mundo, quanto nossa experiência dele, já que têm como premissa os preceitos estritos da ciência e ainda se baseiam sobre uma verdade baseada na razão kantiana. Não podemos escapar do fato de que a produção de conhecimento em Psicologia Social opera dentro do funcionamento de vários constrangimentos institucionais e disciplinares, e, como tal, deve atuar de forma decisiva através de aporias epistêmicas para lidar com questões de governamentalidade, de legislação, do judiciário e assuntos penais, das políticas públicas, das questões de gênero, da saúde mental e tantos outros temas de estudo na sua relação com o “mundo real”. No entanto, o mundo é sujeito a mudanças constantes e a Psicologia Social precisa inventar-se continuamente. Como pesquisadores e profissionais, temos de perguntar: que tipo de conhecimentos e práticas procuramos em nosso trabalho para nos mantermos atuais? Que tipo de criatividade precisamos e desejamos dentro de nossas instituições? O quanto de flexibilidade estamos dispostos a tolerar na geração e na articulação da novidade dentro de nossos enquadramentos epistemológicos?

As ciências sociais são supostamente baseadas sob fundamentos

empíricos e não deduzidas a partir de considerações puramente teóricas. No entanto, como ciência social, a Psicologia Social goza de uma posição interdisciplinar privilegiada, pois existe na junção da observação empírica e do procedimento científico, das metamodelizações filosóficas e das demandas institucionais e sociais. As exigências epistemológicas deste empenho acadêmico são tais que nenhuma pode funcionar sem as outras: o trabalho de campo informa o teórico e responde às demandas institucionais e sociais; o trabalho teórico informa a ciência e a prática profissional; a prática profissional olha para a ciência e para a confirmação das modelizações filosóficas. Estes três mundos epistêmicos diferentes convergem para criar uma montagem híbrida de criação do conhecimento como um nexos de invenção persistente.

Dentro desta abordagem de produção do conhecimento, o que constitui o fato, o que constitui a veracidade do discurso interpretativo e o que constitui a verdade como uma determinação final são definidos por critérios cujos objetivos não são necessariamente a determinação de verdades transcendentais que sequestram a possibilidade de inovação criativa, levando o pensamento a uma paralisação prematura. Em vez de chegar precipitadamente a julgamentos fáceis e generalizantes, a produção de

conhecimento deve explicar, complexificar e problematizar o conhecimento de tal forma que o contingente, o virtual e o indeterminado possam assumir um papel participativo na forma como os pesquisadores chegam a suas determinações. O que normalmente constitui o método científico – a indução de leis através do raciocínio indutivo, a partir de observações pertinentes – é complexificado para aceitar a indeterminação e a contingência implícitas que são pertinentes a todas as pesquisas sociais, sejam elas empíricas e/ou teóricas. Nesse sentido, a busca pelas certezas é deslocada para a aceitação das incertezas e da indefinição em qualquer método empírico, para a experimentação e indeterminabilidade inerentes à investigação social.

No centro destas questões estão as bases epistemológicas da Filosofia da Diferença, que afirma a impossibilidade da determinação completa, empírica ou linguística de qualquer objeto. Isso empurra a produção de saberes para um impasse crítico em que, se o conhecimento é indeterminado, incompleto e inadequado, as suas reivindicações em termos de ser determinado, completo e adequado são ocas, deixando esta abordagem epistemológica aberta a alegações de fabricação de fato e de resultados, e de ficcionalização do conhecimento.

Normalmente, essas “deficiências” epistemológicas da pesquisa em ciências humanas e sociais são julgadas irrelevantes ou insignificantes a fim de preservar a legitimidade do conhecimento produzido e defender as leis do pensamento que mantêm a identidade e integridade do objeto; porém, em vez de fugir dessas alegações, acreditamos que a Psicologia Social possa afirmar estas restrições e compor com elas, através e dentro da ficcionalização inerente a toda pesquisa empírica ou teórica.

Notas

¹ O termo imagem aqui está sendo usado na acepção de modelo. Tal imagem do pensamento, que Deleuze está problematizando, é o conjunto dos postulados pré-filosóficos aos quais a filosofia obedece. Nesse sentido, a imagem é como um desenho, o traçado não filosófico que molda o terreno onde a filosofia se desenvolve e é possível. Portanto, quando Deleuze propõe, em contrapartida, um “pensamento sem imagem”, refere-se a um tipo de pensamento que não obedece a uma imagem prévia do que seja pensar (Pelbart, 2010).

² Conforme Deleuze (1998), “não há objeto puramente atual. Todo atual se envolve de uma névoa de imagens virtuais. Tal névoa

se eleva de circuitos coexistentes mais ou menos extensos, sobre os quais as imagens virtuais se distribuem e correm” (p. 121).

Referências

Barthes, R. (1957). *Mythologies*. Paris: Seuil.

Costa, L. A. (2014). O corpo das nuvens: o uso da ficção na Psicologia Social. *Fractal*, 26, 551-576.

Deleuze, G. (1987). *Proust e os signos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Deleuze, G. (1990). *Cinema 2: A Imagem-tempo*. Tradução: Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Editora Brasiliense.

Deleuze, G. (2006a). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal.

Deleuze, G. (2006b). *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras.

Deleuze, G. (2015). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva.

Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Peirce, C. S. (1992). The Doctrine of Necessitarianism Examined. Em: *The Essential Peirce*. Selected Philosophical Writings, Volume 1 (1867-1893). Editado por Nathan Houser e Christian

Kloesel. Bloomington: Indiana University Press.

Pelbart, P. P. (2010). *O tempo não-reconciliado*. São Paulo: Perspectiva.

Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS.

Saer, J. J. (2014). *El concepto de ficción*. Buenos Aires: Seix Barral.

Alana Soares Albuquerque: Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestre e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: alana_albuquerque@hotmail.com

Felix Rebolledo Palazuelos: Bacharel em Artes Visuais pela Concordia University (Montreal), Mestre em Artes Visuais pela Concordia University, Doutorando em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: rebfel@gmail.com

Tiago Marcelo Trevizani: Psicólogo graduado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre e Doutorando em Psicologia Social e

Institucional pela Universidade Federal do
Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail:tiagotrevizani@hotmail.com

Enviado em:21/10/16 – **Aceito em:** 27/04/17
